

Relatório Anual de Monitorização de Execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PGRIC)

A – Contextualização

Considerando:

- Que a alínea b), n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, determina a elaboração do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação;
- O PGRIC, em vigor no Município de Fornos de Algodres impõe, igualmente, a avaliação da monitorização das medidas de prevenção para eliminação e tratamento dos riscos de gestão e infrações conexas, suscetíveis de ocorrência;
- Rendo terminado o ano de 2023, foi elaborado o relatório em anexo que sistematiza a informação obtida, avaliando o grau de execução do PGRIC;
- Que o sucesso deste instrumento, depende de uma monitorização eficaz, porquanto só através de mitigação dos riscos, se consegue uma gestão municipal transparente.

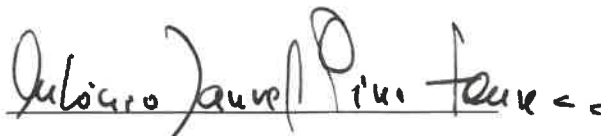
B – Proposta

Tendo por base o exposto no Relatório, proponho:

- A aprovação do mesmo pela Câmara Municipal, e de seguida seja dado conhecimento à Assembleia Municipal;
- Que seja dado conhecimento às entidades de tutela e fiscalização;
- A divulgação no portal do município;
- A promoção e formação em contexto de trabalho para os trabalhadores sobre o cumprimento do normativo.

Paços do Concelho de Fornos de Algodres, 7 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,



(Dr. António Manuel Pina Fonseca)



Identificação da Reunião: Relatório de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas.

Duração: 90 minutos

Objetivos da Ação:

1. Análise ao Relatório da Monitorização do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, relativo ao ano 2023, apresentado pelas Unidades Orgânicas.
2. Submissão do referido Relatório à aprovação do Executivo Municipal.

Sumário

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, informando que é da responsabilidade dos dirigentes de cada unidade orgânica gerir os riscos inerentes às suas atividades, competindo-lhes monitorizar e avaliar a eficácia das medidas implementadas, rever a graduação de riscos, bem como efetuar propostas de melhoria.

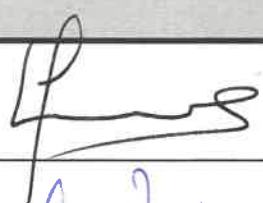
Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, procedeu-se à análise da Monitorização do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, submetido pelas duas Divisões Municipais a 24.05.2024, bem como da proposta de Relatório. Apreciados os documentos e verificada a sua coerência a Equipa da Qualidade aceitou a proposta apresentada.

De seguida passou-se a ponto dois, e considerando:

- Que a alínea b), n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, determina a elaboração do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação;
- O PGRIC, em vigor no Município de Fornos de Algodres impõe, igualmente, a avaliação da monitorização das medidas de prevenção para eliminação e tratamento dos riscos de gestão e infrações conexas, suscetíveis de ocorrência;
- Que o sucesso deste instrumento, depende de uma monitorização eficaz, porquanto só através de mitigação dos riscos, se consegue uma gestão municipal transparente.

Assim a Equipa de Qualidade, propõe:

- Que o senhor Presidente da Câmara submeta o relatório à aprovação da Câmara Municipal, e de seguida seja dado conhecimento à Assembleia Municipal;
- Seja dado conhecimento às entidades de tutela e fiscalização;
- A divulgação no portal do município;
- A promoção e formação em contexto de trabalho para os trabalhadores sobre o cumprimento do normativo.

Presenças	Data	Horário
	29/05/2024	10,00h às 11,30h
Nome		Assinatura
António Manuel Pina Fonseca		
André Veiga dos Santos Pereira		
Américo de Oliveira Domingues		
Paulo Manuel das Neves Santos		



Relatório anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas

Índice

1_ENQUADRAMENTO	2
2_CARACTERIZAÇÃO DA AUTARQUIA.....	3
3_OBJECTIVOS.....	4
4_METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO E GESTÃO DE RISCOS.....	4
5_ANÁLISE	6
6_CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	7
7_ANEXOS.....	8

1_ENQUADRAMENTO

A Recomendação n.º 1/2009 de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 140, de 22 de julho, veio estabelecer que os órgãos dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, devem proceder à elaboração de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, bem como a realização e apresentação periódica de relatórios de execução.

A 7 de julho de 2022, foi publicado e entrou em vigor, no seguimento da Estratégia Nacional Anticorrupção, constante em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), que introduz alterações relevantes no âmbito dos planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. De acordo com o n.º 4, do artigo 6.º deste Regime, as entidades passaram a ficar obrigadas a proceder à elaboração de dois relatórios de execução, um dos quais de carácter anual, elaborar no mês de abril do ano seguinte, contendo a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua implementação.

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Fornos de Algodres (MFA) foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2023.

Este Plano resulta da última reestruturação orgânica, e da necessidade de incorporar novas medidas da prevenção da corrupção estipuladas no RGPC.

Neste quadro legal foi implementado na Câmara Municipal de Fornos de Algodres um programa de cumprimento normativo que inclui, para além do Plano, o Código de Ética e Conduta, os canais de Denúncia e irá ser promovido um programa de formação interna que promova a divulgação das políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.

Em cumprimento do preconizado na alínea b), do n.º 4, do artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção procede-se à elaboração do presente Relatório de Execução Anual, reportado ao ano de 2023.

2_CARACTERIZAÇÃO DA AUTARQUIA

Missão

Defender os interesses, promovendo a coesão e o sentido de servir todas as pessoas do concelho de Fornos de Algodres, com o mesmo espírito de verdade, equidade, transparência e integridade

Visão

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres visa humildemente desenvolver um concelho centrado nas pessoas.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres cumpre a sua missão através de uma gestão dinâmica, prudente e ética, respeitando os valores do Município.

Valores

Solidariedade – Procurar individualizar formas justas de governação, reconhecendo que para estar ao serviço do bem comum devemos estar sobretudo ao serviço dos mais simples

Integridade – Promover uma política de honestidade, equidade rigor e o escrupulo na gestão dos dinheiros e do património público, alicerçada no respeito pelo próximo.

Equidade – Sustentar toda a atuação organizacional em princípios de isenção, igualdade e justiça, nunca ignorando os efeitos decorrentes das medidas como o seu fim último.

Responsabilidade – O serviço público deverá ser operado com espírito de missão, dedicação e lealdade, valorizando a cidadania e o serviço público

Transparência – Promover uma atuação política baseada num conjunto de práticas organizacionais com processos transparentes e relações de reporte (accountability) claras e operativas. Em estrito cumprimento da legalidade, empenha-se em informar e prestar contas da sua atividade, monitorizar e avaliar o seu desempenho e submeter-se à apreciação externa, das entidades fiscalizadoras e dos cidadãos.

Participação – A Câmara Municipal de Fornos de Algodres aposta na mobilização de todas as pessoas do concelho, numa lógica de democracia participativa. Promove e potencia a constituição de parcerias com agentes públicos e privados numa lógica de rede que permita rentabilização de recursos e otimização de resultados.

Eficiência – A Câmara Municipal de Fornos de Algodres propõe-se cumprir as suas responsabilidades e a alcançar os seus objetivos estratégicos, com recurso a práticas de gestão orientadas para a maximização dos recursos disponíveis, controlo da despesa pública, no quadro de uma gestão por resultados e do aumento da produtividade dos serviços, promovendo as condições necessárias para um serviço público de qualidade.

Sustentabilidade – Cuidar do presente e do futuro de Fornos de Algodres, conciliando a visão estratégica das necessidades de hoje sem comprometer o amanhã.

3_OBJECTIVOS

O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PGRIC), aprovado em 15 de junho de 2023, identificou em várias áreas de potencial risco de corrupção e infrações conexas, assim como os riscos que lhe estão associados.

O presente Relatório de Execução apresenta o resultado de execução de 2023, do PGRIC, e tem como objetivos apresentar os principais resultados e conclusões da avaliação do grau de implementação das medidas de prevenção/correção indicadas no PGR.

A identificação dos riscos de gestão e pela execução e monitorização das suas medidas e mitigação e da responsabilidade dos Chefes de Divisão, que compõem a estrutura nuclear e flexível e organograma dos serviços municipais do Município de Fornos de Algodres, espelhado no Anexo I, e disponível em <https://www.cm-fornosdealgodres.pt/wp-content/uploads/2014/12/organograma.pdf>.

É da responsabilidade dos dirigentes de cada unidade orgânica gerir os riscos inerentes às suas atividades, competindo-lhes monitorizar e avaliar a eficácia das medidas implementadas, rever graduação de riscos, identificar as medidas não implementadas e apresentar novo cronograma de execução, se assim se justificar.

Periodicamente, os dirigentes elaboram o Relatório de Execução do Plano da sua unidade orgânica e remetem-no à EQMFA.

A EQMFA analisa e verifica a coerência de abordagem das diversas unidades orgânicas, elabora o relatório de execução intercalar ou anual do PPRGIC e remete-o para aprovação do executivo municipal.

4_METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO E GESTÃO DE RISCOS

O PRGIC, pretende-se que seja um instrumento do Sistema de Controlo Interno do MFA, suportado num modelo dinâmico de avaliação e gestão dos riscos de toda a organização, que permita garantir a coerência da abordagem na identificação, classificação, graduação, identificação das medidas de tratamento do risco, implementação, responsabilização, monitorização e reporte.

Este relatório permite analisar, dos planos apresentados, a eficácia das medidas adotadas para a mitigação dos riscos já identificados, através da reavaliação da gravidade versus probabilidade de ocorrência, bem como a identificação de novos riscos e respetivas medidas preventivas/corretivas.

Tais planos devem conter os seguintes elementos:

- ✓ Atribuições da entidade, organograma e identificação dos responsáveis;

- ✓ Classificação do risco segundo critérios de probabilidade e gravidade da consequência, identificando-se e avaliando-se os mecanismos de controlo já existentes, nos termos do seguinte quadro:

Critérios de Classificação	Baixa	Média	Alta
Probabilidade de Ocorrência (PO)	Possibilidade de ocorrer, mas com hipótese de o evitar com base nos mecanismos de controlo já existentes	Possibilidade de ocorrer, mas com hipótese de o evitar se forem tomadas ações adicionais.	Forte possibilidade de ocorrer, mesmo com adoção de ações adicionais.
Gravidade da Consequência (GC)	Dano na otimização do desempenho organizacional, mas sem potencial para provocar prejuízos financeiros ou afetar negativamente a credibilidade institucional.	Impacto moderado sobre a estratégia ou atividades da organização. Impacto moderado sobre a visibilidade e credibilidade da organização. Requer a redistribuição de recursos em tempo e em custos.	Impacto significativo sobre a estratégia ou atividades da organização. Impacto financeiro significativo. Violação grave do interesse público, lesando a credibilidade institucional.

- ✓ Atribuição do grau de risco, resultante da conjugação das duas variáveis apresentadas – Probabilidade de Ocorrência e Gravidade da Consequência, nos termos da seguinte matriz:

PO \ GC	Alta	Média	Baixa
Alta	Muito elevado	Elevado	Médio
Média	Elevado	Médio	Baixo
Baixa	Médio	Baixo	Muito Baixo

- ✓ Identificação das medidas adequadas ao tratamento de cada risco, e dos responsáveis pela sua execução, respetiva calendarização e os mecanismos de monitorização e reporte, tomando em consideração os recursos humanos disponíveis e as características das suas atividades e processos.

5_ANALÍSE

A Gestão do Risco para a prevenção/correção dos riscos, incluindo os de corrupção e infrações conexas, atende ao requisito "0.3.3 – *Pensamento baseado em risco*" da Norma NP EN ISSO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, bem como à Recomendação de 1 de julho de 2015, que o CPC considerou que os PGRIC deveriam alargar o seu âmbito e integrar os riscos de gestão, decorrentes de todas as atividades dos organismos públicos.



Os riscos e as medidas identificadas seguem uma estrutura mista, que compreende as Divisões, Gabinetes e Secções, de acordo com o organograma do Município de Fornos de Algodres.

O MFA tem implementado um programa de cumprimento normativa que inclui um conjunto de instrumentos e de mecanismos de gestão, que contribuem de forma determinante para a mitigação genérica dos riscos de corrupção e infrações conexas, sendo aplicáveis de forma transversal e abrangente a todas as divisões:

- **Código de Ética e Conduta**, aprovado em reunião de câmara de 19.09.2023, e estabelece um conjunto de princípios, valores e regras em matéria de ética profissional que devem ser observados para o adequado desempenho na Câmara Municipal e dos seus trabalhadores, quer no relacionamento recíproco quer nas relações que são estabelecidas com os munícipes e outras entidades;
- **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, aprovado em reunião de câmara de 09.02.2023, que estabelece os princípios gerais de ética e boa conduta administrativa;
- **Canais de Denúncia para a Promoção da Transparência Municipal**, visam prevenir, detetar e sancionar violações do direito da União Europeia e atos de corrupção e atos de corrupção ou infrações conexas, nos termos do artigo 2.º do RGPD e no artigo 8.º do RGPC, respetivamente, bem como de situações de conflitos de interesses e de incumprimento dos princípios e normas

estipulados no Código de Ética e Conduta e no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, do Município de Fornos de Algodres;

- **Programa de Formação Interna**, que irá promover a consciencialização para a responsabilidade individual e divulgação das políticas e procedimentos consubstanciados nos instrumentos do MFA. No ano 2023, apesar do Plano de Formação incluir 3 ações sobre a matéria, não foi possível realizá-las por falta de oferta formativa.

No âmbito da mitigação genérica dos riscos, importa também realçar o sistema de controlo interno existente, o qual engloba a organização dos serviços municipais, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma eficiente e ordenada, incluindo o controlo dos sistemas e tecnologias de informação, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, a preparação oportuna de informação financeira fiável, assim como o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares.

O PGRIC aponta para 198 medidas preventivas e de controlo dos riscos, que de acordo com a monitorização efetuada pelos dirigentes municipais, constata-se que foram executadas 163 e não foram executadas 35 medidas.

6_ CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da monitorização efetuada é possível concluir que a maioria das medidas se encontram implementadas (82%), contribuindo para reduzir o risco da materialização de efeitos adversos dos riscos identificados.

Para além da implementação das restantes medidas previstas no PGRIC deve-se continuar acompanhar as medidas implementadas, bem como proceder à melhoria e/ou correção de algumas situações identificadas na monitorização.

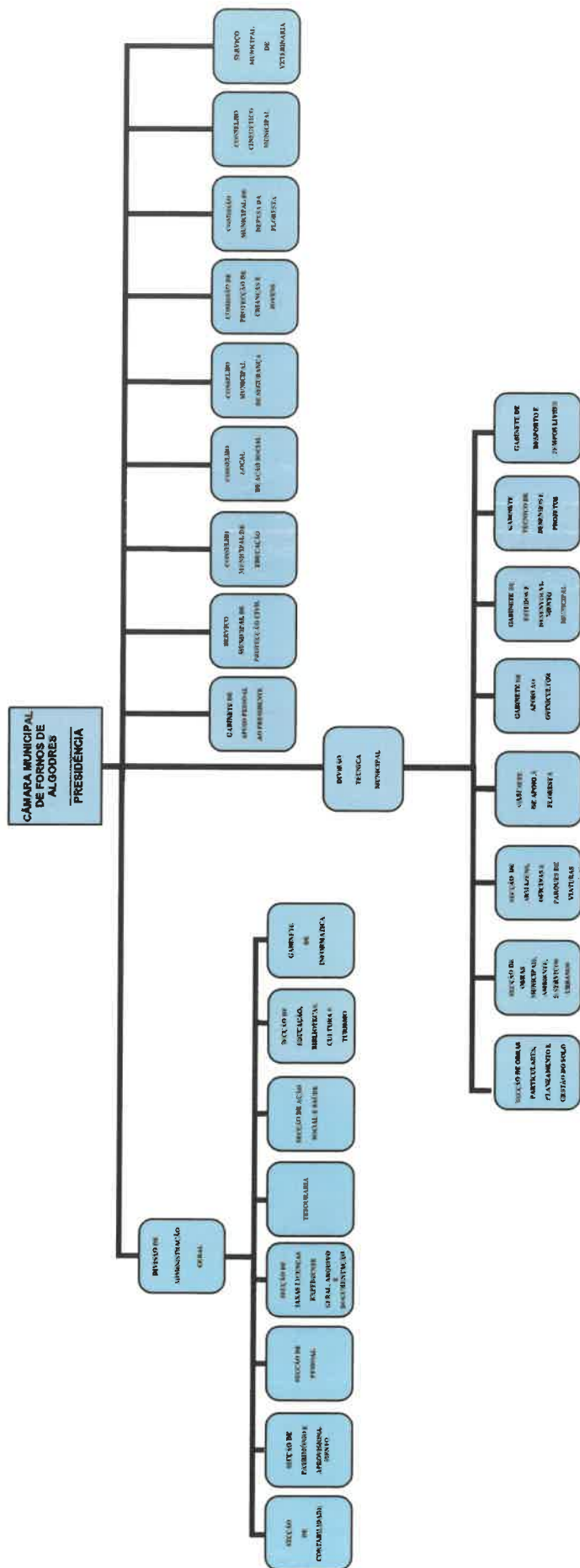
7_ANEXOS

Anexo I – Organograma

Anexo II – Monitorização do PGRIC

ANEXO I

ORGANOGRAMA



ANEXO II

MONITORIZAÇÃO DO PGRIC

Mapa de Riscos do Município de Fornos de Algodres

N.º do	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controlos Implementados	Monitorização 2023			Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
							PO	GC	GR					
1	Auditorias	N.A.	Auditorias Externas	Desconhecimento, por parte da Equipa de Qualidade, de auditorias externas e dos respetivos relatórios; Inexistência de um plano de ações referentes à adoção das recomendações emanadas no relatório da auditoria; Inexistência da monitorização do plano de implementação.	Gestão		Média	Média	Médio	Elaborar instrução de trabalho (procedimentos a adotar numa auditoria externa)	Equipa da Qualidade	Sim	Foi realizado um Plano de Auditoria onde estão refletidos todos os procedimentos a adotar numa auditoria externa	
2	Auditorias	N.A.	Planeamento das Auditorias	Falha na identificação das áreas de maior risco	Gestão	Recolha sistematizada e atualizada das fragilidades detetadas em auditorias internas e externas para promover auditorias de acompanhamento; Elaboração/Revisão/Monitorização do PPRGIC	Média	Média	Médio	Polinclar o conhecimento dos processos das Unidades Orgânicas e os seus controlos internos através da implementação da ISO 9001:2015 na autarquia	Equipa da Qualidade	Sim	A revisão foi realizada em 2023	
3	Auditorias	N.A.	Planeamento das Auditorias	Plano de Auditoria com limitação de âmbito devido à elevada especificidade das áreas auditáveis e exiguidade de recursos humanos	Gestão	Identificação e comunicação das necessidades de formação à Equipa da Qualidade	Média	Alta	Elevado	Formação	Equipa da Qualidade	Sim	O Plano foi elaborado e comunicado à equipa da Qualidade	
4	Auditorias	N.A.	Auditorias/Análises	Conflitos de Interesses	Infrações Conexas	Comunicação / Divulgação do Código de Ética e Conduta; Gestão da Qualidade	Média	Média	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética.	Equipa da Qualidade	Sim	A divulgação foi realizada via email	
5	Auditorias	N.A.	Auditorias/Análises	Violação do dever de sigilo	Infrações Conexas	Comunicação / Divulgação do Código de Ética e Conduta; Gestão da Qualidade	Média	Média	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética.	Equipa da Qualidade	Sim	A divulgação foi realizada via email	
6	Auditorias	N.A.	Auditorias/Análises	Incumprimento do Plano Anual de Auditorias Internas	Gestão	Planos de Monitorização	Média	Média	Médio	Formação/Reforço de competências adequadas	Equipa da Qualidade	Sim	É elaborada anualmente uma tabela de ações de melhoria que é monitorizada pela equipa da qualidade	
7	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Falha de execução da manutenção	Operacional		Alta	Alta	Muito elevado	Aquisição de Software de Manutenção Preventiva e Corretiva de Edifícios	Chefe de Divisão Técnica Municipal	Não	Não foi adotada devido aos elevados custos de aquisição.	Divisão Técnica Municipal apresentará anualmente (até setembro de cada ano) um Plano de Manutenção Preventiva e corretiva dos edifícios municipais
8	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Indefinição de prioridades na resolução de anomalias/avarias nos edifícios (obras por administração direta)	Gestão		Alta	Alta	Muito elevado	Mapeamento dos edifícios com anomalias/avarias de resolução complexa com a definição de critérios de priorização que serão posteriormente validados pela vereadora da área; Verificação quinzenal do mapa	Chefe de Divisão Técnica Municipal	Sim	Têm sido realizadas reuniões quinzenais entre Chefe de Divisão e Vereador do Pelouro onde são identificadas todas as anomalias reportadas ao nível dos equipamentos	
9	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Planeamento insuficiente e inadequado na correção de anomalias/avarias que envolvem a contratação externa	Gestão		Alta	Alta	Muito elevado	Identificação dos edifícios a serem intervençados; Elaboração de plano de monitorização e validação mensal dos edifícios a intervençar	Chefe de Divisão Técnica Municipal	Não	Não foi adotada devido aos elevados custos de aquisição.	A monitorização será feita no âmbito das reuniões regulares entre Chefe de Divisão e Vereador do Pelouro.
10	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Acidentes de trabalho nas obras por administração direta	Gestão	Formação individual a cada um dos colaboradores sobre segurança no trabalho	Média	Alta	Elevado	Nomear Responsável Técnico pela segurança e saúde no trabalho, com as competências de verificar a segurança e a correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) bem como a sua validade	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Não	A medida não foi implementada uma vez que não houve possibilidade de fazer a formação individual sobre segurança no trabalho.	Nomear o Responsável Técnico pela segurança e saúde no trabalho, uniformizar o vestuário dos serviços externos do município e dar formação a todos os colaboradores.
11	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Inexistência de planos preventivos adequados que aumentam o custo das intervenções reativas	Gestão		Alta	Média	Elevado	Elaboração e implementação de Planos de manutenção preventiva	Divisão Técnica Municipal	Não	A medida não foi implementada por falta de recursos humanos na Divisão Técnica Municipal em virtude do elevado volume de trabalho relacionado com candidaturas em 2023, que coincidiu com o encerramento do PT2020	Elaborar e implementar o Plano em 2024
12	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Realização de obras de conservação e reparação	Falha na Fiscalização das Empreitadas	Gestão		Alta	Alta	Muito elevado	Constituir equipa de gestão de garantias de obra	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	Todas as obras foram alvo de fiscalização, ou através de recursos próprios ou através da contratação de serviços.	
13	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Reclamações/Participações internas	Falha na comunicação entre o serviço requisitante e o serviço que analisa e resolve as participações e na identificação da participação/reclamação no que respeita ao local/problema a ser resolvido	Gestão		Alta	Alta	Muito elevado	Utilizar a App do Município para registo por parte dos funcionários de todas as anomalias nos equipamentos municipais	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	Esta ação foi realizada, contudo a APP foi descontinuada pela fornecedora no final de 2023.	Adquirir uma nova plataforma da AIRC para dar resposta a esta necessidade em 2024
14	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Gestão de mobiliário	Extravio ou falhas na gestão do mobiliário	Gestão	Utilização de formulário de requisição de material e codificação de todo o mobiliário em articulação com a Secção de Património	Baixa	Média	Nulo		Divisão Técnica Municipal	Sim	Colocação de "folt de carga de móveis" nas portas dos gabinetes	
15	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Edifícios Municipais	Gestão de equipamentos desportivos e de recreio	Acidentes por mau estado de conservação dos equipamentos	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Externalizar um plano de manutenção preventiva e inspeções	Divisão Técnica Municipal	Não	Não foi possível devida a razões de ordem financeira.	No plano de manutenção preventiva dos equipamentos municipais a realizar em 2024 devem ser incluídos todos os equipamentos desportivos e de recreio
16	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão de equipamentos desportivos e de recreio	Falha na gestão dos equipamentos	Gestão		Média	Alta	Elevado	Elaborar plano de intervenção nos equipamentos desportivos e de recreio	Divisão Técnica Municipal	Não	Não foi realizado uma vez que não ocorreu a contratação de empresa para realizar essa inspeção, pelo que não foi gerado um plano de intervenção	Será elaborado um plano de intervenção no âmbito do Plano de Manutenção preventiva dos equipamentos municipais que será realizado em 2024
17	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Conservação e manutenção de equipamentos municipais	Falhas na manutenção de todos os equipamentos que estão na posse da autarquia	Operacional		Média	Média	Médio	Registar na App do Município todos os pedidos de intervenção	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	A medida foi realizada com eficácia em 2023	

N.º Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controlos implementados	PO	SO	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
18	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Conservação e manutenção de equipamentos municipais	Falhas no cumprimento dos contratos de prestação de serviços de manutenção dos equipamentos	Gestão		Média	Média	Médio	Identificação de gestores de contrato que acompanhem a efetiva manutenção quer curativa quer preventiva, previstas no contrato	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	Foi definido um procedimento em que o gestor de contrato é identificado em todos os procedimentos	
19	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Conservação e manutenção de equipamentos municipais	Indefinição de prioridades na resolução de anomalias/avarias nos equipamentos	Gestão		Média	Média	Médio	Mapeamento dos equipamentos com anomalias/avarias de resolução complexa com a definição de critérios de priorização que serão posteriormente validados pelo Chefe de Divisão Técnica Municipal	Divisão Técnica Municipal	Sim	Este mapeamento e priorização foi realizado no âmbito das reuniões quinzenais existentes entre Chefe de Divisão e Vereador do Pelouro.	
20	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Conservação e manutenção de equipamentos municipais	Ineficiente manutenção dos equipamentos devido à sua elevada vida útil e uso de ferramentas em estado obsoleto	Gestão	Renovação de ferramentas	Média	Média	Médio	Aquisição de novo equipamento nos termos do definido pelo Chefe da Divisão em articulação com o Encarregado Operacional	Chefe de Divisão Técnica Municipal	Sim	Foi lançado procedimento para aquisição de bens de acordo com as necessidades identificadas pelo Chefe de Divisão e Encarregado Operacional	
21	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão das participações Externas	Controlo ineficaz de gestão das participações	Gestão		Média	Média	Médio	Tramitação das participações através da App do Município	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	Todas as participações realizadas através da app foram encaminhadas e resolvidas	
22	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão das Participações Internas	Falha na comunicação / identificação da ocorrência	Gestão		Média	Média	Médio	Tramitação das participações através da App do Município	Executivo Municipal & Equipa da Qualidade	Sim	Todas as participações realizadas através da app foram encaminhadas e resolvidas	
23	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão dos Equipamentos	Deficiente controlo dos movimentos de entrada e saída das ferramentas em uso	Gestão	Controlo efetuado com base em folhas de carga e descargas manuais	Alta	Média	Elevado	Utilizar a aplicação informática de gestão de stocks	Divisão Técnica Municipal	Sim	Foi dada a formação em software da AIRC para que a gestão de stocks passe a ser feita de modo informático	Durante o ano de 2024 será implementado o processo de gestão de Stocks através do GES
24	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão dos Equipamentos	Falha no controlo de existências	Intrações Conexas		Alta	Média	Elevado	Contratar num único espaço as ferramentas e equipamentos; Assegurar acesso condicionado ao espaço; Garantir segregação de funções na entrega e levantamento dos equipamentos; Elaborar Listagem com a identificação das ferramentas	Divisão Técnica Municipal	Sim	Foram realizadas intervenções no estaleiro e definidos procedimentos internos para dar resposta a esta necessidade	
25	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão de frota	Existência de viaturas com idade avançada, quer ligeiras quer pesadas que não respondem às necessidades na execução tarefas executadas no âmbito das competências da autarquia	Gestão	Renovação de parte da frota; assegurada a manutenção preventiva e corretiva das viaturas	Média	Média	Médio		Divisão Técnica Municipal	Sim	Foi adquirida uma viatura elétrica (autocarro)	
26	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão de frota	Utilização indevida das viaturas	Intrações Conexas	Existência de controlo de pedidos de utilização de viaturas por parte dos serviços	Média	Baixa	Baixo		Divisão Técnica Municipal	Sim	Criação de um ficheiro de registo de reservas e saídas de viaturas	
27	Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos	Manutenção de Equipamentos Municipais	Gestão de frota	Falha na manutenção das viaturas municipais	Gestão		Alta	Alta	Muito elevado	Contratar mecânico para os quadros da autarquia Nomear gestor de frota, com responsabilidade de assegurar a manutenção de todas as viaturas municipais	Executivo Municipal	Não	O procedimento está em curso e será concluído em 2024	Contratar mecânico em 2024
28	Contratação Pública	Execução do Contrato	Execução do Contrato (Fiscalização)	Gestor do contrato e/ou diretor técnico de fiscalização não comprometidos suficientemente com a tarefa que lhes é confiada	Operacional		Média	Média	Médio	Criação e implementação de Manual do Gestor do Contrato e do Diretor Técnico de Fiscalização; Formação específica para gestores de contrato e diretores técnicos de fiscalização	Equipa da Contratação Pública	Sim	Foi criado o Manual de Gestor de Contrato e aberto o procedimento para a contratação de Fiscal Municipal	Será necessário dar formação aos gestores de contrato e fiscais municipais em 2024
29	Contratação Pública	Execução do Contrato	Execução do Contrato (Fiscalização)	Elevado volume de trabalhos complementares	Gestão		Média	Média	Médio	Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para profissionais de contratação pública, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requerentes para esta área	Equipa da Contratação Pública	Sim	Os recursos humanos do Município frequentaram várias ações de formação ao longo do ano de 2023	
30	Contratação Pública	Execução do Contrato	Execução do Contrato (Fiscalização)	Deficiente segregação de funções ao longo das diversas fases do contrato (formação versus execução)	Gestão		Média	Alta	Elevado	Inclusão na NCI do Município de norma que assegure que a participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos são cometidos a trabalhadores distintos	Equipa da Contratação Pública e Equipa da Qualidade	Não	Em 2023 priorizou-se a formação de técnicos em procedimentos de contratação pública, pelo que a introdução nesta norma será realizada em 2024	Em 2024 incluir na NCI do Município, norma que assegure que a participação no júri e o acompanhamento da execução dos contratos são cometidos a trabalhadores distintos
31	Contratação Pública	Fase Contratual	Processo aquisitivo	Deficiente cumprimento de diplomas legais e regulamentares no âmbito da contratação pública nos procedimentos pré-contratuais; Possibilidade de existência de contratos inválidos	Gestão		Média	Média	Médio	Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para os profissionais desta área, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requerentes	Equipa da Contratação Pública e Equipa da Qualidade	Sim	Foram realizadas várias sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública ao longo do ano de 2023 para todos os profissionais envolvidos nesta temática	
32	Contratação Pública	Fase Contratual	Processo aquisitivo	Falta de harmonização dos procedimentos pré-contratuais de formação dos contratos públicos e sua execução	Gestão	Criação e implementação de um manual de processos e procedimentos no âmbito dos procedimentos pré-contratuais de contratação pública; Regulamentação da atividade do gestor do contrato	Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	Os recursos humanos do Município frequentaram várias ações de formação ao longo do ano de 2023	
33	Contratação Pública	Fase Contratual	Processo aquisitivo	Invocação indevida do regime da contratação excluída ou de critérios materiais para a escolha do ajuste direto	Gestão		Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	Os recursos humanos do Município frequentaram várias ações de formação ao longo do ano de 2023	
34	Contratação Pública	Fase Contratual	Processo aquisitivo	Formalização do procedimento aquisitivo após a entrega do bem/prestação do serviço /execução da obra	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Reforço dos princípios da realização da despesa e da contratação pública através da inclusão desta regra na Norma de Controlo Interno (NCI)	Todas as Unidades Orgânicas	Sim	Foi introduzida com a revisão da NCI, aprovada em reunião do Órgão Executivo de 11.02.2023	
35	Contratação Pública	Fase Contratual	Processo aquisitivo	Constituição dos júris no procedimento com rotatividade reduzida face ao número de técnicos disponíveis; Morosidade na apreciação e avaliação de propostas; Vício na formação da vontade na avaliação de propostas; Existência de conflito de interesses que ponham em causa a transparência na preparação e tramitação do procedimento	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Nomeação de secretários para os procedimentos pré-contratuais e outros técnicos que possam apoiar os júris constituídos; Promoção da maior rotatividade possível; Inclusão da regra de rotatividade do júri na NCI do Município	Equipa da Contratação Pública; Divisão de Administração Geral	Sim	Foi dada prioridade à formação de dois técnicos do município na área da contratação pública, para assim darem apoio aos júris constituídos.	Em 2024 incluir na NCI do Município a rotatividade do Júri nos processos de contratação pública
36	Contratação Pública	Fase Pré-Contratual	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Morosidade na apreciação de procedimentos, com riscos de desvio nos prazos e custos inicialmente previstos, devido ao número muito significativo de procedimentos identificados como necessidades urgentes	Gestão		Média	Média	Médio	Definição de procedimento e regras para classificação dos procedimentos como efetivamente urgentes;	Equipa da Contratação Pública e Equipa da Qualidade	Sim	Foi criado um sistema de monitorização da contratação pública e do orçamento municipal	Em 2025 será elaborado o Plano Anual de Aquisições
37	Contratação Pública	Fase Pré-Contratual	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Risco de erro humano na tramitação do procedimento, nomeadamente na preparação das peças e informações ao órgão competente, devido ao número muito significativo de procedimentos identificados como necessidades urgentes	Gestão		Média	Média	Médio	Elaborar o Plano Anual de Aquisições Definição do procedimento e regras para classificação dos procedimentos como efetivamente urgentes;	Equipa da Contratação Pública e Equipa da Qualidade	Sim	Foi criado um sistema de monitorização da contratação pública e do orçamento municipal	Em 2025 será elaborado o Plano Anual de Aquisições
38	Contratação Pública	Fase Pré-Contratual	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Ausência de harmonização de necessidades de aquisição entre as unidades orgânicas causada pelo fracionamento da despesa o que pode levar a perdas de eficiência e de economia processual e financeira	Gestão	Foi feita formação interna com os serviços responsáveis pela requisição para harmonizar procedimentos	Média	Média	Médio	Elaborar o Plano Anual de Aquisições Realização de ações de esclarecimento/sensibilização e de formação na área da contratação pública para interlocutores dos serviços requerentes	Equipa da Contratação Pública	Sim	Foi feita formação na área da Contratação Pública por parte de Recursos Humanos	

AE* Pro	Área	Processo	Atribuições / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controlos implementados	PO	GL	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
39	Contratação Pública	Fase Pré-Contratual	Levantamento de Necessidades e Planeamento	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso das entidades a convidar, da não contratação por lotes e do preço anormalmente baixo)	Gestão	Foi produzido um modelo próprio uniformizado, que "obriga" o serviço requisitante a justificar todos os riscos enunciados anteriormente	Média	Média	Medio	Realização de ações esclarecedoras/sensibilização e de formação na área da contratação pública para interlocutores dos serviços requisitantes	Equipa da Contratação Pública	Sim	Foi elaborado um documento de suporte e dada formação sobre a instrução dos pedidos de contratação	
40	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Falha no controlo dos bens inventariáveis e respetiva repercussão contabilística	Gestão	Harmonizámos o procedimento de aquisição de modo a garantir a inventariação da aquisição de todos os bens.	Baixa	Média	Baixo		Seção de Património	Sim	Foi elaborado um documento de suporte e dada formação sobre a instrução dos pedidos de contratação	
41	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Discrepância entre o stock real e o constante no ERP	Gestão		Média	Média	Medio	Realizar pelo menos uma contagem anual de todos os bens	Seção de Património	Sim	Foi feito o inventário no final de 2023	
42	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Desvio de inventário	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Realizar pelo menos uma contagem anual de todos os bens	Seção de Património	Sim	Foi feito o inventário no final de 2023	
43	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Falta de rotação de stock dando lugar a material obsoleto e deteriorado	Gestão		Média	Média	Medio	Análise e segregação, em momento prévio à realização do inventário, dos artigos obsoletos e deteriorados, com vista à elaboração de proposta de abate	Equipa da Qualidade	Sim	Foi feito o inventário no final de 2023	
44	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Acesso indevido aos armazéns	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Limitar o acesso de pessoas através da criação de uma barreira física	Chefes de Divisão	Sim	Foram realizadas várias intervenções no armazém para garantir um melhor controlo dos stocks	
45	Contratação Pública	Gestão de Stocks e Materiais	Gestão de Stocks	Morosidade na satisfação das necessidades que estão na origem da requisição interna	Gestão		Média	Média	Medio	Proceder à contratualização de fornecimentos contínuos	Equipa da Qualidade	Sim	Foram realizados vários procedimentos de fornecimento contínuo e é distribuído mensalmente o saído das rubricas aos responsáveis das mesmas	
46	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Deficiente levantamento topográfico e cadastral que poderá originar a execução de um projeto menos rigoroso	Operacional	Aquisição de equipamento adequado ao funcionamento dos serviços	Média	Alta	Elevado	Condicionamento do desenvolvimento do projeto à existência do levantamento topográfico rigoroso	Divisão Técnica Municipal	Sim	Foi adquirido equipamento para garantir levantamentos topográficos e cadastrais de qualidade	
47	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Inexistência ou deficiência de memória descritiva que pode originar grandes atrasos no desenvolvimento do projeto e alterações extemporâneas	Gestão	Realizar uma memória descritiva para todas as intervenções	Média	Média	Medio	Consolidar o cruzamento da informação com os vários intervenientes (utilizadores e administração)	Divisão Técnica Municipal	Sim	É feita memória descritiva para todas as intervenções	
48	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Deficiências maiores no projeto do execução que pode originar existência de erros, omissões ou incongruências nos projetos	Operacional		Média	Média	Medio	Revisão de todos os projetos; Revisão com equipas multidisciplinares	Divisão Técnica Municipal	Sim	Os projetos são revistos pela equipa da Divisão Técnica Municipal	
49	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Incompatibilidades entre as várias especialidades que compreendem o projeto	Operacional		Média	Média	Medio	Revisão de todos os projetos; Revisão com equipas multidisciplinares	Divisão Técnica Municipal	Sim	Os projetos são revistos pela equipa da Divisão Técnica Municipal	
50	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Atrasos na conclusão do projeto (elevada dependência de pareceres de entidades externas)	Operacional		Média	Média	Medio	Monitorização das várias fases do projeto com a realização de reuniões periódicas com os vários intervenientes;	Divisão Técnica Municipal	Sim	São realizadas reuniões quinzenais da Contratação Pública e entre Chefe de Divisão e Vereador do Pelouro para acompanhar os prazos	
51	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Inadequada previsão de tempos necessários para elaboração do projeto	Operacional		Média	Média	Medio	Envio atempado às entidades Basear estimativa de tempo em custo obra/mês (p.e.: 400.000€/mês) ou por comparação com obras de natureza e custo similar realizadas recentemente;	Divisão Técnica Municipal	Sim	É sempre apresentado um cronograma para a execução do projeto	
52	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Preço base inadequado	Operacional		Média	Média	Medio	Planeamento das fases de projeto Criar quadro mapa para formação de preços com base em tempos afetados, áreas, quantidades e categorias profissionais;	Equipa da Contratação Pública	Sim	É sempre realizado um mapa de quantidades e orçamento baseado no CYPE	
53	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Sondagens geotécnicas insuficientes/deficientes	Operacional	Processamento de campanha de sondagens prévio à realização dos projetos;	Baixa	Alta	Medio	Adoção da prática de comparação entre os dados fornecidos pelo gerenciador de preços CYPE e os preços de obras recentes.	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realização de projeto geotécnico no momento prévio ao projeto	
54	Execução de Obras	N.A.	Elaboração de Projetos	Coordenação deficiente	Operacional		Média	Alta	Elevado	Solicitar sempre à equipa projetista se há necessidade de sondagens em momento prévio ao projeto.	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizados relatórios de acompanhamento de obra, de acordo com a periodicidade definida	
55	Execução de Obras	N.A.	Execução de Obras	Cumprimento defeituoso do contrato (qualidade e prazos)	Operacional	Aplicação das cláusulas de penalidades definidas no caderno de encargos;	Média	Média	Medio	Elaborar um manual de acompanhamento de obra;	Equipa da Qualidade	Sim	Realizada a avaliação de empreiteiros de acordo com modelo definido	
56	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização de Obras	Trabalhos executados em desconformidade com o projeto	Operacional	Acompanhamento da obra pela equipa de fiscalização	Baixa	Alta	Medio	Definir a periodicidade das visitas à obra e prazos de resposta	Divisão Técnica Municipal	Sim	Sempre que não existem RH em número suficiente procedemos à contratação de serviços externos de fiscalização	
57	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização de Obras	Ocorrência de erro de medição da obra por parte da equipa da fiscalização	Operacional	Acompanhamento da obra por parte da equipa projetista e de fiscalização	Baixa	Média	Baixo	Reforço de recursos humanos com pessoal habilitado para o efeito	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizada medição dos trabalhos e respetiva repetição quando se desvie dos trabalhos previstos	
58	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização de Obras	Promoções de prazos onerosas	Operacional		Baixa	Média	Baixo	Assegurar medição frequente e rigorosa da obra;	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizada medição dos trabalhos e respetiva repetição quando se desvie dos trabalhos previstos	
59	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização de Obras	Acompanhamento deficiente das obras pela falta de recursos humanos em número e com a formação especializada	Gestão		Média	Média	Medio	Repetição de medição por parte da fiscalização sempre que o artigo ultrapasse 10% do inicialmente previsto	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizada medição dos trabalhos e respetiva repetição quando se desvie dos trabalhos previstos	
60	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização de Obras	Erros em obra motivados pela inexistência ou deficiente revisão de projeto	Operacional		Baixa	Média	Baixo	Revisão do projeto;	Divisão Técnica Municipal	Sim	Os projetos são revistos pela equipa da Divisão Técnica Municipal	
61	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Não levantamento de autos de notícia por parte da Fiscalização Municipal	Infrações Conexas	Ações de formação frequentes relativamente aos códigos e regulamentos no âmbito da atividade de fiscalização municipal;	Média	Alta	Elevado	Elaboração de uma checklist que permita a verificação de todos os aspetos relevantes antes da consignação da obra;	Divisão Técnica Municipal	Sim	Os projetos são revistos pela equipa da Divisão Técnica Municipal	
62	Execução de Obras	N.A.	Fiscalização no âmbito das competências do cumprimento das leis, posturas e regulamentos municipais	Atraso por parte da Fiscalização Municipal, no envio dos autos de notícia, ao serviço de Contraordenações	Gestão	Afetámos um colaborador ao serviço de contraordenações	Baixa	Alta	Medio	Realização de reuniões frequentes com o objetivo de clarificar os objetivos do serviço e harmonização e uniformização de formas de atuação no terreno.	Divisão Técnica Municipal	Sim	Foi feita formação por parte da equipa responsável por esta atividade no Município.	
										Reforço de recursos humanos com pessoal habilitado para o efeito	Divisão Técnica Municipal	Não		A CIM BSE assumiu que iria adquirir uma plataforma e disponibilizar a mesma a todos os municípios. Até ao momento não se verificou pelo que aguardamos a aquisição da mesma

ALP Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controles Implementados	PO	GL	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
63	Gestão de Candidaturas	N.A.	Gestão de Candidaturas a fundos Nacionais e Internacionais	Perda financeira para a autarquia devido à desadequada execução financeira das candidaturas - incumprimento das ações previstas e taxas de execução	Gestão	Monitorizar a taxa de execução das candidaturas	Baixa	Alta	Médio	Definição de prazos e cronogramas para a recolha de informação, de modo a garantir a adequada execução das ações da candidatura	Equipa da Qualidade	Sim	São feitas reuniões regulares para acompanhamento da execução das candidaturas	
64	Gestão de Candidaturas	N.A.	Gestão de Candidaturas a fundos Nacionais e Internacionais	Desadequada monitorização da execução física das candidaturas	Gestão	Monitorização no terreno do cumprimento das ações previstas nas candidaturas	Baixa	Alta	Médio	Definição de prazos e cronogramas para a recolha de informação, de modo a garantir a adequada execução das ações da candidatura	Equipa da Qualidade	Sim	São feitas reuniões regulares para acompanhamento da execução das candidaturas	
65	Gestão da Rede Escolar	N.A.	Ação Social Escolar	Inclusão/exclusão indevida de alunos relativamente às medidas de ação social escolar	Gestão	Explicitação dos critérios que fundamentam a atribuição de apoios, com recurso a diplomas legais e regulamentos; Reapreciação das decisões de exclusão de beneficiários a pedido dos interessados	Baixa	Baixa	Muito Baixo		Secção de Ação Social e Saúde	Sim	Revisão de regulamentos municipais	
66	Gestão da Rede Escolar	N.A.	Gestão da Escola a Tempo Inteiro (AEC - Atividades Enriquecimento curricular, AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família e CAF - Componente de Apoio à Família)	Não assegurar a boa gestão das atividades desenvolvidas pela autarquia no âmbito da Gestão da Escola a Tempo Inteiro com implicações ao nível da segurança e qualidade pedagógica das atividades	Gestão	Existência de um sistema que inclui processos, procedimentos e registos relativamente às atividades	Baixa	Média	Baixo		Chefes de Divisão	Sim	Realização de plano de atividades a respetiva avaliação	
67	Gestão da Rede Escolar	N.A.	Gestão da Escola a Tempo Inteiro (AEC - Atividades Enriquecimento curricular, AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família e CAF - Componente de Apoio à Família)	Incumprimento de prazos na recolha de Informação e lampada para a gestão eficiente da Escola a Tempo Inteiro	Gestão		Média	Média	Médio	Definição de prazos e cronogramas para a recolha da informação, de modo a garantir a implementação da Escola a Tempo Inteiro	Chefes de Divisão	Sim	Foi feito um cronograma para o efeito	Em 2024 deve ser feito um cronograma para 2024 e 2025
68	Gestão Financeira	Cobrança de Receita	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Falhas na entrega da receita liquidada e arrecadada nos postos de cobrança da autarquia - incumprimento dos procedimentos internos	Infrações Conexas	Existência de Código de Conduta e Ética e Norma de Controlo Interno	Baixa	Alta	Médio	1. Execução do plano de auditorias internas por mandato que inclui auditorias a todos os postos de cobrança 2. Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética 3. Ações de sensibilização para a NCI	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado, implementado e divulgado por email o Código de Conduta e Ética.	
69	Gestão Financeira	Cobrança de Receita	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Atraso na cobrança de receita proveniente da prestação de serviços nas escolas	Gestão	Planificação adequada dos procedimentos inerentes à implementação das bases de dados informáticas que permitem a cobrança de receitas	Baixa	Média	Baixo		Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	O Agrupamento de Escolas está dotado com uma aplicação informática para cobrança da receitas ali recebidas.	
70	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Arquivo	Manutenção de documentos em formato papel com constrangimentos relativos ao seu arquivo (espaço físico) e tratamento de informação	Gestão	Autorização de pagamento e ordem de pagamento passou a ser digital	Média	Alta	Elevado	Desmaterialização do processo de autorização do pagamento e respetivas ordens de pagamento. Reunir com Contabilidade e Tesouraria para definir modelo de desmaterialização. Tramitação desmaterializada com incorporação de despachos e assinaturas digitais qualificadas (p.e. Ordens de Pagamento)	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foi efetuada reunião com a Secção de Contabilidade e Tesouraria	Implementação da desmaterialização do processo de autorização de pagamento e respetivas ordens de pagamento, até final do 1.º semestre de 2024.
71	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Arquivo	Extravio de documentos	Infrações Conexas		Baixa	Alta	Médio		Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foram adquiridas assinaturas digitais para alguns trabalhadores.	Adquirir assinaturas digitais para todos os trabalhadores que participam no processo até final do 2.º semestre de 2024.
72	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Arquivo	Perda de informação crítica de ficheiros de âmbito fiscal e de tesouraria	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Arquivar a informação em pasta partilhada	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	A informação é arquivada em pasta partilhada com a designação "DAG_CTB_SPA"	
73	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade	Dificuldade de enquadramento da despesa/receita na rubrica económica correspondente	Gestão	Realização de reuniões mensais de monitorização do orçamento para avaliar estas e outras situações	Média	Alta	Elevado	Proceder ao registo das dificuldades de classificação para correção imediata ou futura	Executivo / Chefes de Divisão / Contabilidade / Tesouraria / Aprovisionamento	Sim	São realizadas reuniões mensais de monitorização ao orçamento e tratamento de dificuldades de classificação da receita, entre outros assuntos.	
74	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade	Falta de eficácia e rigor na execução dos processos da contabilidade	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Formação aos colaboradores	Secção de Contabilidade	Sim	Foi dada formação aos trabalhadores da Secção de Contabilidade.	
75	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade	Circuitos procedimentais não otimizados	Gestão		Média	Média	Médio	Realizar reunião para analisar e implementar reengenharia de processos para ganhar eficiência	Executivo / Chefes de Divisão / Contabilidade / Tesouraria / Aprovisionamento	Sim	São realizadas reuniões mensais de monitorização ao orçamento e tratamento de dificuldades de classificação da receita, entre outros assuntos.	
76	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	Gestão	Monitorização dos contratos por parte dos dirigentes dos serviços e gestores dos contratos; Elaboração de cabimentos genéricos para fazer face a despesas de representação imprevisíveis por parte da administração	Baixa	Alta	Médio	Implementar/Reforçar a prática de monitorização dos contratos por parte dos dirigentes dos serviços e gestores dos contratos; Criar o Plano Anual de Aquisições	Secção de Aprovisionamento	Sim	Foi dada formação na área.	Criar e implementar em 2024 o Plano Anual de Aquisições
77	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade	Não existência de Fundo de Maneio	Infrações Conexas		Alta	Alta	Muito Elevado	Aprovar e implementar o Regulamento do Fundo de Maneio	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foi aprovado o Regulamento de Fundo de Maneio em reunião de câmara de 09.03.2023	A implementar no 1.º semestre de 2024.
78	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Despesa/Tesouraria	Segregação de funções não assegurada	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Formação aos colaboradores	Secção de Contabilidade / Tesouraria / Aprovisionamento	Sim		
79	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Despesa/Tesouraria	Alteração de prioridades devido a situações não planeadas (urgências)	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Definir regras para classificar procedimentos como urgentes; Implementar o Plano Anual de Aquisições	Equipa da Qualidade	Sim	Foi dada formação na área.	Criar e implementar em 2024 o Plano Anual de Aquisições
80	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Despesa/Receita/Tesouraria	Desvio ou apropriação indevida de fundos	Infrações Conexas	Restrição de Acessos;	Baixa	Alta	Médio		Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	O acesso ao cofre é restrito à Tesoureira e/ou Tesoureira substituta nas faltas e impedimentos.	
81	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Fiscalidade	Enquadramento fiscal incorreto	Gestão		Média	Média	Médio	Formação adequada aos colaboradores	Secção de Contabilidade / Secção de Aprovisionamento	Sim	Foi dada formação na área.	Criar e implementar em 2024 o Plano Anual de Aquisições
82	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Gestão dos Sistemas de Informação / ERP	Falhas nas aplicações informáticas com lacunas nos procedimentos e outputs	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Elaborar relatório de não conformidades anualmente	Chefe de Divisão de Administração Geral	Não		A implementar no ano 2024
83	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Orçamental (Despesa/Receita)	Riscos de informação divergente entre os documentos apresentados pelos serviços que servem de base ao processo	Gestão	Reunião mensal de monitorização do orçamento (despesa e receita) com os serviços	Baixa	Média	Baixo	Elaborar atas das reuniões de monitorização orçamental	Divisão de Administração Geral	Sim	Realizadas reuniões mensais de monitorização do orçamento	
84	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Contabilidade de Gestão	Ausência de Sistema de Contabilidade de Custos	Gestão	Contratação de prestador de serviços para apoiar no desenho e implementação do sistema	Alta	Alta	Muito Elevado	Implementar o Sistema de Contabilidade de Custos	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foi contratado um prestador de serviços para apoiar na implementação da Contabilidade de Custos, e foi implementada a contabilidade de custos no que respeita a parte da despesa.	
85	Gestão Financeira	Contabilidade / Tesouraria / Fiscalidade	Reporte de Informação	Intempestividade no reporte de informação aos órgãos de tutela ou a outros organismos/entidades	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Formação aos colaboradores	Secção de Contabilidade / Aprovisionamento / Tesouraria	Sim	Realizada formação aos colaboradores do Município	
86	Gestão Financeira	Endividamento e Financiamento	Endividamento Municipal	Ultrapassar o limite do endividamento;	Gestão	Monitorização trimestral da dívida do município	Alta	Alta	Muito Elevado	Trimestralmente fazer relatório de monitorização do PAM	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foram realizados os relatórios trimestrais de monitorização do PAM no ano 2023.	
87	Gestão Financeira	Endividamento e Financiamento	Endividamento Municipal	Não cumprimento do Plano de Ajustamento Municipal	Gestão	Monitorização Trimestral do PAM	Baixa	Alta	Médio	Criar um mecanismo de controlo ao momento do Plano de Ajustamento Municipal	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim		
88	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Falhas na atualização das moradas dos munícipes (na aplicação informática); Envio dos avisos de pagamento para moradas erradas	Gestão		Média	Média	Médio	Disponibilizar meios de pagamento nas Juntas de Freguesia para o efeito	Executivo Municipal	Sim	Foi enviada uma comunicação juntamente com a fatura da água, para procederem à atualização da morada. É incentivado o pagamento por débito direto ou uso das referências multibanco. Todas as Juntas de Freguesia dispõem de um terminal para pagamento.	
89	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega da licença	Gestão		Baixa	Média	Baixo		Chefes de Divisão	Sim		
90	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Solicitação tardia, por parte do requerente, da emissão de licenças (eventos)	Gestão		Média	Média	Médio	Registo de todos os pedidos no sistema de Gestão Documental My Doc Alterar o regulamento de taxas e licenças	Executivo Municipal e Chefes de Divisão	Sim	Todos os pedidos de licença dão entrada e são tratados via mydoc	

N.º Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Prevenção (previdenciária)	PO	CO	CA	Medidas de resposta do plano	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
91	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Incumprimento de procedimentos e normas referentes à Gestão de Cemitérios	Gestão	Elaboração do cadastro físico do cemitério	Baixa	Média	Baixo	Centralizar os pedidos na Secretaria da Divisão de Administração Geral Elaboração do Cadastro Digital do Cemitério	Chefes de Divisão	Sim	Os pedidos de registo relativos ao cemitério municipal encontram-se centralizados na secretaria. Realizado o cadastro digital do cemitério	Prevê-se rever o regulamento em 2024
92	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Cálculo incorreto do valor a cobrar	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Rever o Regulamento do Cemitério Municipal Elaborar procedimentos de controlo interno	Chefes de Divisão	Sim	Elaboração de manuais de processos de atendimento	
93	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Enquadramento incorreto da taxa a aplicar	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Formação aos serviços liquidadores Elaborar procedimentos de controlo interno	Chefes de Divisão	Sim	Elaboração de manuais de processos de atendimento	
94	Gestão Financeira	Receitas - Licenças	Processo de liquidação, cobrança e pagamento das receitas municipais	Existência de taxas não inseridas no Regulamento de Taxas, mas em diversos regulamentos municipais	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Formação aos serviços liquidadores Assegurar que o único regulamento onde se encontram previstas todas as taxas é o Regulamento de Taxas, através de remissões dos restantes regulamentos para este	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Foi efetuada uma revisão do Regulamento de Taxas do Município e do Regulamento de Tarifas e Preços, que contém todas as taxas a cobrar pelo Município.	
95	Gestão do Património	N.A.	Elaborar o cadastro e inventariação sistemática de todo o património municipal e assegurar a sua eficiente gestão	Omissão ou registo incorreto de ativos fixos tangíveis e intangíveis na aplicação informática de Inventário e Cadastro	Operacional	Cruzamento de informações entre a aplicação da contabilidade e do património	Baixa	Baixa	Muito Baixo		Seção de Património	Sim	Na prestação de contas as aplicações de aprovisionamento e contabilidade são cruzadas, em caso de divergências não permite o encerramento de contas do exercício.	
96	Gestão do Património	N.A.	Elaborar o cadastro e inventariação sistemática de todo o património municipal e assegurar a sua eficiente gestão	Divergências entre os registos contabilísticos e os registos patrimoniais	Operacional	Reconciliação de informação entre as aplicações	Baixa	Baixa	Muito Baixo		Seção de Património	Sim	Na prestação de contas as aplicações de aprovisionamento e contabilidade são cruzadas, em caso de divergências não permite o encerramento de contas do exercício.	
97	Gestão do Património	N.A.	Elaborar o cadastro e inventariação sistemática de todo o património municipal e assegurar a sua eficiente gestão	Aquisição de bens sem conhecimento tempestivo do Património	Gestão		Média	Média	Médio	Rever o regulamento de cadastro e património Implementação da figura Gestor do Equipamento com definição de tarefas e responsabilidades	Seção de Património / Equipa da Qualidade	Não		A implementar no ano 2024
98	Gestão do Património	N.A.	Elaborar o cadastro e inventariação sistemática de todo o património municipal e assegurar a sua eficiente gestão	Morosidade, por parte dos serviços promotores das empreitadas, do envio das Razoões Provisórias	Gestão		Média	Média	Médio	Sensibilização dos serviços promotores de empreitadas Levantamento dos processos de empreitadas e solicitação do estado da obra	Chefe de Divisão Técnica Municipal	Sim	Organização digital dos processos de empreitadas e implementação da figura "Gestor de Contrato"	
99	Gestão do Património	N.A.	Alienação dos bens móveis e imóveis	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas	Realização de hastas públicas	Baixa	Média	Baixo		Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Na realização hastas públicas é solicitada uma vallação dos bens.	
100	Gestão do Património	N.A.	Salvaguarda do Património Municipal	Apropriação indevida de bens imóveis (terrenos) públicos	Gestão		Média	Alta	Elevado	1. Criação de uma equipa técnica multidisciplinar com a responsabilidade de verificar se os terrenos de domínio público e privado se encontram ocupados abusivamente ou devassados; 2. Vedação de forma a demarcar os limites e promover a devida identificação;	Divisão Técnica Municipal e Divisão de Administração Geral	Não		A implementar no ano 2024
101	Gestão do Património	N.A.	Salvaguarda do Património Municipal	Cedência de bens municipais sem acauleamento da sua salvaguarda e integridade	Gestão	Cumprimento dos Regulamentos Municipais e das regras definidas na NCI; Celebração de contratos de comodato	Média	Média	Médio	Implementação de rotina de visitas/vistorias esporádicas (com periodicidade mínima anual)	Divisão Técnica Municipal e Divisão de Administração Geral	Sim	São celebrados contratos de comodato de todos os bens cedidos temporariamente.	
102	Gestão do Património	N.A.	Gestão das Apólices de Responsabilidade Civil e Patrimonial	Inexistência de seguro/coertura adequada de riscos	Gestão	Atualização semestral do património seguro junto da companhia de seguros;	Média	Média	Médio	Reuniões periódicas (trimestrais) com o mediador de seguros para efeitos de consultoria	Seção de Património	Sim	Sempre que há alterações no património municipal, são atualizadas as apólices de seguros.	
103	Gestão do Património	N.A.	Gestão das Apólices de Responsabilidade Civil e Patrimonial	Não comunicação, ou comunicação tardia, de sinistros por parte dos serviços	Gestão		Média	Média	Médio	Revisão do procedimento das participações de sinistros (ocorridos na via pública e comunicados pelo lesado/redamante) a tramitar em gestão documental para incluir o conhecimento à Seção Patrimonial; Comunicação da revisão do procedimento a todos os serviços	Seção de Património	Sim	Foi centralizado num colaborador o acompanhamento do contrato dos seguros, bem como das participações dos sinistros.	
104	Gestão do Património	N.A.	Gestão dos Espaços Comerciais e Mercados	Falhas na atividade inspetiva do cumprimento das regras de funcionamento dos Mercados Municipais	Gestão		Média	Média	Médio	Afetação de colaborador à gestão e cumprimento das regras de funcionamento dos mercados municipais	Executivo Municipal	Sim	Nomeada a comissão de vistorias até conclusão do concurso de admissão do Fiscal Municipal	Encontra-se em fase de concurso a admissão do Fiscal Municipal
105	Gestão do Património	N.A.	Gestão dos Espaços Comerciais e Mercados	Incumprimento dos pagamentos das rendas por parte dos operadores	Infrações Conexas	A Seção de Taxas e Licenças efetua o controlo dos pagamentos conjuntamente com a Seção de Tesouraria; Seção de Taxas e Licenças notifica os operadores que se encontram em incumprimento, sendo despoletados os mecanismos legais para a regularização dos incumprimentos	Baixa	Média	Baixo		Divisão de Administração Geral	Sim	É efetuada monitorização das taxas e licenças a cobrar e envio de notificações de eventuais valores em atraso.	Efetuar protocolo com Autoridade Tributária para cobrança coerciva
106	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Emissão de pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo		Jurista	Não		A implementar no ano 2024.
107	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Emissão de pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Conflito de interesses	Infrações Conexas	Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA	Baixa	Média	Baixo		Jurista	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos	
108	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Emissão de pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Prescrição ou caducidade do processo	Operacional	Existência de pessoa afeta ao controlo de prazos de pagamento das taxas de justiça e outros encargos;	Baixa	Média	Baixo	Elaboração de mapas de pendência dos processos;	Jurista	Não	O mapa dos processos encontra-se descrito no relatório de gestão da prestação de contas	Implementar o mapa de pendências em 2024
109	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Emissão de pareceres jurídicos sobre reclamações e recursos administrativos, bem como sobre petições ou exposições sobre atos ou omissões dos órgãos municipais ou sobre procedimentos dos serviços	Deferimento tácito por não cumprimento dos prazos legais nos casos legalmente previstos	Operacional		Baixa	Média	Baixo	Elaboração de mapas de pendência dos processos;	Jurista	Sim		Implementar o mapa de pendências em 2024
110	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Violação dos princípios da legalidade, justiça, isenção, imparcialidade, competência, responsabilidade, transparência e boa fé	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA; Elaboração de mapas de pendência dos processos; Rotatividade na nomeação dos instrutores dos processos disciplinares, com dupla validação.	Executivo e Chefes de Divisão	Sim	No ano 2023 não houve abertura de nenhum processo disciplinar.	
111	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Conflito de interesses	Infrações Conexas	Apresentação de escusa ou suspeição nos termos previstos no CPA	Baixa	Média	Baixo	Proposta do dirigente com aprovação do vereador responsável pelo pelouro dos RH	Executivo e Chefes de Divisão	Sim	No ano 2023 não houve abertura de nenhum processo disciplinar.	

Nº do Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Manifestação dos riscos	Risco	Indicadores (quantitativos)	PO	SI	SA	Medidas de tratamento do risco	Responsável	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
112	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Violação do dever de Sigilo	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Tramitação dos processos disciplinares em papel, sob a alçada do/a instrutor/a até à sua conclusão, com exclusivo acesso ao/a instrutor/a e eventualmente ao/a trabalhador/a nos termos previstos na Lei.	Jurista	Sim	No ano 2023 não houve abertura de nenhum processo disciplinar.	
113	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Patrocínio judiciário nas ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, bem como nos recursos interpostos contra os atos dos órgãos do Município, garantindo o apoio necessário quando o patrocínio for assegurado por mandatário externo.	Inobservância de prazos judiciais	Gestão	O cumprimento dos prazos judiciais são assegurados pelos mandatários externos	Baixa	Alta	Médio	Elaborar mapa dos processos judiciais com indicação dos principais elementos e atualizado permanentemente pelos dirigentes. Envio da informação atualizada sobre estado dos processos à Assembleia Municipal	Jurista	Sim	O mapa dos processos judiciais é atualizado anualmente aquando da prestação de contas e inserido no Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados.	
114	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução e acompanhamento dos processos que se refiram à defesa dos bens do domínio público a cargo do Município e ainda do patrimônio que integre o seu domínio privado.	Incorrer no risco de dissipação do património público	Gestão	Inventariação do património assegurada pela divisão de gestão patrimonial	Baixa	Média	Baixo		Divisão de Administração Geral	Sim	Foi adstrito um colaborador para levantamento e registo de todo o património municipal.	
115	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Apoio jurídico às restantes unidades orgânicas do Município e Administração	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023, e divulgado aos trabalhadores via email.	
116	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão Técnica Municipal e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município.	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas		Baixa	Baixa	Muito Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos e pedidos de acumulação de funções	
117	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão Técnica Municipal e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município.	Conflito de interesses	Infrações Conexas		Baixa	Baixa	Muito Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos e pedidos de acumulação de funções	
118	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Instrução de procedimentos conducentes à tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística decorrentes do incumprimento de embargos, de trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno ou de cessação da utilização, com vista à posse administrativa em processos provenientes da Divisão Técnica Municipal e, ainda, instaurar os processos-crime e as ações cíveis que se mostrem necessárias ao cumprimento do ordenamento jurídico em vigor e à defesa dos interesses e direitos do município.	Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Infrações Conexas		Baixa	Baixa	Muito Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos e pedidos de acumulação de funções	
119	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Análise e proposta de minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos por solicitação das unidades orgânicas	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas		Baixa	Baixa	Muito Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos e pedidos de acumulação de funções	
120	Jurídico	Assuntos Jurídicos	Análise e proposta de minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos por solicitação das unidades orgânicas	Conflito de interesses	Infrações Conexas		Baixa	Baixa	Muito Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	Declaração de inexistência de conflito de interesses dos colaboradores envolvidos nos processos e pedidos de acumulação de funções	
121	Jurídico	Contraordenações e Execuções Fiscais	Instrução e tramitação dos processos de contraordenação	Incumprimento de prazos e prescrição	Operacional	Designação de colaborador adstrito a esta atividade	Média	Média	Médio	Controlo manual dos prazos na capa dos processos com indicação da data simples de prescrição	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Designação de colaborador adstrito a esta atividade	
122	Jurídico	Contraordenações e Execuções Fiscais	Proposta de decisão	Prescrição por falta de decisão	Gestão		Média	Média	Médio	1. Elaborar um mapa de decisões em formato digital (excel) que deve ser colocado na rede;	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	Elaborado o mapa de decisões em formato digital	
123	Jurídico	Contraordenações e Execuções Fiscais	Atendimento dos munícipes/executados/interessados e prestação de informação devida no âmbito dos processos tramitados no serviço, nomeadamente no caso de redemação ou requerimento	Influência da decisão proposta pelo instrutor/técnico que tramita o processo	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética;	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023, e divulgado aos trabalhadores via email.	
124	Jurídico	Contraordenações e Execuções Fiscais	Organização dos processos para remessa ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Visau (impugnações/oposições)	Conflito de interesses; Utilização de informação para qualquer vantagem pessoal, de terceiros ou de qualquer outra forma contrária à lei ou ainda em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do Município	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética;	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023, e divulgado aos trabalhadores via email.	
125	Jurídico	Contraordenações e Execuções Fiscais	Cobrança coerciva de dívidas de natureza fiscal e parafiscal	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade; Conflito de interesses; Prescrição ou caducidade do processo;	Infrações Conexas	Protocolo celebrado com a Autoridade Tributária (AT) para os processos de execução fiscal	Baixa	Média	Baixo		Divisão de Administração Geral	Sim	Foi solicitado à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) o pedido de protocolo para os processos de execução fiscal.	Aprovar protocolo e implementar no ano 2024.
126	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Vencimentos (inclui o processamento de vencimentos, suplementos remuneratórios, descontos, penhoras e outros procedimentos afins)	Pagamento indevido de vencimentos ou suplementos	Infrações Conexas	Pagamentos com verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis; Reposição e regularização das situações; Execução de acertos sempre que houver lapsos	Baixa	Média	Baixo		Secção de Pessoal	Sim	Todas as regularizações / correções são efetuadas logo que detetadas.	
127	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Vencimentos (inclui o processamento de vencimentos, suplementos remuneratórios, descontos, penhoras e outros procedimentos afins)	Falhas de controlo dos registos de assiduidade para efeitos de processamento de vencimentos com eventuais falhas de controlo	Gestão	Conferência de todos os registos manuais e digitais;	Baixa	Média	Baixo		Secção de Pessoal	Sim	A conferência dos registos de presença e o processamento não são efetuados pelo mesmo trabalhador.	
128	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Processo de Estágio / Colocação	Violação do dever de sigilo por parte do estagiário	Infrações Conexas	Existência de prática em que o estagiário/a assina declaração de cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética;	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023, e divulgado aos trabalhadores via email. Quando é admitido um estagiário ou trabalhador através de medidas Contrato Emprego Inserção é fornecido um exemplar do código e assinada uma declaração de tomada de conhecimento.	
129	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Outros procedimentos: licenças sem vencimento; acumulação de funções e processos afins	Existência de acumulação de funções públicas e privadas com eventual conflito de interesses	Infrações Conexas	Análise rigorosa do pedido de acumulação de funções e verificação da incompatibilidade ou impedimento; Validação hierárquica do pedido de acumulação de funções	Baixa	Média	Baixo		Executivo e Chefes de Divisão	Sim	O pedido de acumulações de funções é entregue na Secção de Pessoal, instruído e analisado pelo respetivo chefe de divisão e autorizado, ou não, pelo Sr. Presidente ou Vereador com delegação de competências para o efeito.	
130	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Acumulação de Funções	Influência de decisão dos pedidos de acumulação de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes no processo	Infrações Conexas	Comunicação/Divulgação do Código de Conduta e Ética	Baixa	Alta	Médio	Revisão, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023, e divulgado aos trabalhadores via email.	

N.º Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controlos implementados	P	C	CR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
131	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Trabalho Suplementar	Excessivo recurso a trabalho suplementar	Gestão	Monitorização do cumprimento da lei	Baixa	Média	Baixo		Secção de Pessoal	Sim	De acordo com o Contrato celebrado com o Fundo de Apoio Municipal, o MFA não pode recorrer a pagamento de trabalho extraordinário. Quando o MFA recorre em situações de necessidade, ao trabalho fora do horário normal de trabalho, o mesmo é compensado com dia de folga, sendo controlado pelos respetivos chefes de divisão e comunicado à Secção de Pessoal.	
132	Recursos Humanos	Cadastro e Processamento de Vencimentos	Arquivo do Cadastro	Recolha e conservação de informação que viole o RGPD	Infrações Conexas	Reformulação de formulários em cumprimento do RGPD; Existência de formulários em substituição da documentação pessoal anteriormente exigido e não entrega de cópia; Redução solicitação de documentos ao mínimo exigido.	Baixa	Alta	Médio	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética; Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para a Proteção de Dados	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Sim	Foi aprovado o Código de Ética e Conduta a 19.09.2023	Elaborar, aprovar e implantar no ano 2024 o Código de Conduta para a Proteção de Dados.
133	Recursos Humanos	Gestão da Formação	Formação Profissional	Inexistência de uma distribuição equitativa dos recursos da formação em função das necessidades, exigências e especificidades de cada unidade orgânica	Gestão	Existência de um plano de formação transversal à autarquia que é objeto de análise e validação pelo executivo	Média	Média	Médio	Elaboração de plano de formação específico para cada Unidade Orgânica	Equipa da Qualidade	Sim	É elaborado um plano de formação baseado no inquérito de levantamento de necessidades.	
134	Recursos Humanos	Gestão da Formação	Formação Profissional	Incumprimento do número ações de formação exigidas por lei	Gestão		Média	Média	Médio	Elaboração de Registo de Formação Geral com informação do número de horas de cada trabalhador	Secção de Pessoal	Sim	É efetuado relatório semestral e anual do Plano de Formação.	
135	Recursos Humanos	Gestão de Carreiras	Gestão de Carreiras	Desconhecimento do processo de alteração remuneratória	Gestão	Monitorização corrente dos prazos e das avaliações;	Média	Média	Médio	Formação interna sobre progressão na carreira	Secção de Pessoal	Sim	Foi dada formação na área SIADAP	
136	Recursos Humanos	Medicina no Trabalho	Medicina no Trabalho	Incumprimentos dos dirigentes relativamente às restrições médicas identificadas pelo médico de trabalho	Gestão	Visitas da médica do trabalho ou de técnico dos RH aos postos de trabalho	Média	Alta	Elevado	Reforço das ações de fiscalização aos postos de trabalho	Equipa da Qualidade	Sim	Foi efetuada visitas aos postos de trabalho.	
137	Recursos Humanos	Medicina no Trabalho	Acidentes no Trabalho	Incorreta caracterização de ocorrências participadas pelos/as trabalhadores/as como acidentes de trabalho (ocorrências não enquadradas no processo de acidentes de trabalho)	Gestão	Pedidos de averiguação dos acidentes de trabalho suspeitos à companhia de seguros	Média	Alta	Elevado	Reforço da fiscalização por parte dos recursos humanos na área de segurança e saúde no trabalho para cumprimento das exigências legais no sentido de averiguar a veracidade das participações	Secção de Pessoal	Não		A implementar em 2024
138	Recursos Humanos	Medicina no Trabalho	Acidentes no Trabalho	Possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho com agravamento de apoios e aumento de absentismo	Gestão	Responsabilidade pela reparação dos acidentes para uma companhia de seguros; Implementação de medidas preventivas e corretivas (Equipamentos de Proteção Individual, avaliação de risco, formação)	Média	Alta	Elevado	Criar uma equipa de higiene e segurança no trabalho	Equipa da Qualidade	Sim	Foi adquirido equipamento de proteção individual e fardamento para os trabalhadores.	Criar em 2024 equipa de higiene e segurança no trabalho.
139	Recursos Humanos	Mobilidade	Mobilidade intercarreiras ou intercategorias	Inexistência de regras específicas para a mobilidade	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Elaborar um Regulamento para a Mobilidade intercarreiras e intercategorias	Secção de Pessoal	Não	Procedeu-se de acordo com a legislação em vigor	Propõe-se retirar este risco na próxima revisão do plano
140	Recursos Humanos	Recrutamento	Procedimentos concursais	Possibilidade de ocorrer lapsos (erro na receção de candidaturas, na organização das candidaturas e/ou no registo e análise)	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Aquisição de plataforma eletrónica para gestão de procedimento concursais	Chefe de Divisão de Administração Geral	Não	Não foi adquirida a plataforma por falta de recursos financeiros.	A implementar em 2024
141	Recursos Humanos	Recrutamento	Procedimentos concursais	Favorecimento de candidatos/as por existência de conflitos de interesse	Infrações Conexas	Identificação e alteração do Juri responsável pela decisão quando exista conflito; Comunicação / Divulgação do Código de Ética e Conduta	Baixa	Alta	Médio	Implementação do Regime Geral de Prevenção de Corrupção; Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética; Subscrição da Declaração de Existência/Inexistência de Conflitos de Interesses por parte dos membros dos Juris	Administração / Dirigentes/ Departamento Jurídico / Todas as unidades envolvidas	Sim	Foi aprovado e implementado o PGRIC; foi aprovado, implementado e divulgado por email o Código de Conduta e Ética.	
142	Recursos Humanos	Recrutamento	Procedimentos concursais	Incumprimento da obrigação de notificação aos/as candidatos/as	Gestão	Notificação por email. Disponibilização da informação na página eletrónica do município	Média	Alta	Elevado	Aquisição de plataforma eletrónica para gestão de procedimento concursais	Chefe de Divisão de Administração Geral	Não	Não foi adquirida a plataforma por falta de recursos financeiros.	A implementar em 2024
143	Recursos Humanos	Recrutamento	Procedimentos concursais	Disponibilização de informação privilegiada aos intervenientes no processo	Infrações Conexas		Baixa	Alta	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi aprovado, implementado e divulgado por email o Código de Conduta e Ética.	
144	Recursos Humanos	Segurança e Saúde no Trabalho	Segurança e saúde no trabalho	Reduzida implementação das propostas corretivas dos TSST	Gestão		Média	Alta	Elevado	Elaboração do plano de implementação das medidas corretivas; Afeção de recursos financeiros para implementação de medidas corretivas propostas pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho;	Equipa da Qualidade	Não		Criar em 2024 equipa de higiene e segurança no trabalho.
145	Recursos Humanos	SIADAP	Avaliação de Desempenho	Possibilidade de ocorrer lapsos (erro na receção das fichas de avaliação, erro no registo e análise)	Gestão	Contratação de prestador de serviços nesta área para monitorizar e controlar todo o processo	Baixa	Alta	Médio	Monitorização e acompanhamento do sistema de avaliação de desempenho	Conselho Coordenador de Avaliação e Secção de Pessoal	Sim	Foi contratada uma prestação de serviços (Dr.ª Carla Margarida Costa)	
146	Recursos Humanos	SIADAP	Avaliação de Desempenho	Incumprimento de prazos no processo avaliativo	Gestão	Contratação de prestador de serviços nesta área para monitorizar e controlar todo o processo	Baixa	Alta	Médio	Monitorização e acompanhamento do sistema de avaliação de desempenho	Conselho Coordenador de Avaliação e Secção de Pessoal	Sim	Foi contratada uma prestação de serviços (Dr.ª Carla Margarida Costa)	
147	Recursos Humanos	SIADAP	Avaliação de Desempenho	Desconhecimento da importância do processo avaliativo na carreira	Gestão		Média	Alta	Elevado	Formação interna do processo avaliativo e reaproximações na carreira	Secção de Pessoal	Sim	Foi dada formação aos trabalhadores da Secção de Pessoal	
148	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão de software	Indisponibilidade de soluções informáticas adequadas às necessidades do serviço	Gestão		Média	Média	Médio	Fazer levantamento e plano de melhoria das soluções informáticas por cada serviço	Secção de Informática	Sim	Foi dada formação profissional das aplicações informáticas em posto de trabalho.	
149	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão de software	Falha na proteção nos dados pessoais	Gestão	Atualização das bases de dados para versões que estejam em conformidade com as normas do RGPD	Baixa	Média	Baixo		Secção de Informática	Sim	Atualização efetuadas automaticamente em posto de trabalho	
150	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão de software	Eliminação indevida de dados ou privação de acesso ao mesmo	Infrações Conexas	Controlo adequado das permissões a plataformas e ficheiros; Sensibilização das diretrizes do Código de Conduta e Ética	Baixa	Alta	Médio		Secção de Informática	Sim	Controlo e permissões efetuadas por especificidade de utilizador	
151	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Incumprimento do plano de backups	Operacional	Existência de um mecanismo automático de alerta na eventualidade de uma das tarefas de agendamento de backup falhar	Baixa	Média	Baixo		Secção de Informática	Sim	Envio de email, com confirmação de após backup efetuado	
152	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Atribuição indevida de permissões	Infrações Conexas	Registo de atribuição de permissões	Baixa	Alta	Médio	Auditoria semestral do Encarregado de Proteção de Dados	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Sim	Relatório de auditoria	
153	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Risco de perda de dados por catástrofes naturais	Gestão	Contratualização de serviços externos que garantam a recuperação em caso de catástrofes naturais	Baixa	Alta	Médio		Secção de Informática	Sim	Contratação de empresa especializada na área de informática	
154	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Ciberataques internacionais	Gestão		Média	Alta	Elevado	Implementação de melhorias no sistema de segurança	Secção de Informática	Sim	Contratação de empresa especializada na área de informática	
155	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão da segurança de sistemas e servidores	Acesso indevido a locais críticos (Datacenter)	Gestão	Acesso restrito à zona do servidor	Média	Alta	Elevado	Colocar sistema de controlo biométrico para acesso à zona do servidor	Secção de Informática	Sim	Controlo das entradas na sala do serviço através de controlo biométrico	
156	Sistemas de Informação	N.A.	Gestão de Hardware e Consumíveis	Risco de não controlar a receção do material / verificação	Operacional	Cumprimento da Norma de Controlo Interno	Baixa	Média	Baixo		Secção de Informática	Sim	Controlo das quantidades e especificações técnicas das aquisições de material informático	
157	Transversais	Apoio aos Órgãos Municipais	Preparação das agendas a submeter à Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal	Assuntos a submeter à Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal com documentação incompleta e/ou enquadramento legal e normativo desajustado	Gestão	Verificação dos documentos, submetidos pelas unidades orgânicas, pelo Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos	Média	Alta	Elevado	Verificação de todos os documentos submetidos à Câmara Municipal e Assembleia Municipal por jurista	Secretária das reuniões do Órgão Executivo	Não		Propõe-se correção deste risco na próxima revisão do plano.

N.º Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Controlos Implementados	PO	CO	CR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
158	Transversais	Apoio aos Órgãos Municipais	Preparação das agendas a submeter à Reunião da Câmara e à Assembleia Municipal	Atraso, por parte das diversas unidades orgânicas, no envio dos assuntos a incluir na agenda das Reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, ao Gabinete de Apoio à Presidência	Gestão		Média	Alta	Elevado	Os assuntos propostos pelas unidades orgânicas a incluir na agenda das reuniões de câmara e da Assembleia Municipal, têm de ser entregues ao Gabinete de Apoio à Presidência, dois dias úteis antes do envio da convocatória da reunião	Secretaria das reuniões do Órgão Executivo	Não		Propõe-se correção deste risco na próxima revisão do plano.
159	Transversais	Atendimento	Atendimento aos munícipes	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade; Favorecimento; Conflito de Interesses	Infrações Conexas		Média	Média	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi divulgado o Código de Conduta e Ética via email.	
160	Transversais	Atribuição de subsídios	Apoios a entidades/instituições	Utilização da verba atribuída para fins diversos dos protocolados/aprovados em reunião do executivo	Infrações Conexas	Protocolo que vincula o beneficiário à restituição da verba atribuída caso não seja cumprido o objeto do protocolo; Verificação de comprovativos de realização de despesa; Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; Declaração de compromisso em que a entidade candidata declara que não submeterá nem submeterá o mesmo projeto a outras fontes de financiamento para o mesmo fim	Baixa	Alta	Médio	Realização de Auditorias Internas	Auditor Interno	Sim	Análise pela comissão dos relatórios de atividades	
161	Transversais	Atribuição de subsídios	Apoios a entidades/instituições	Risco de duplo financiamento com apoio a entidades já apoiadas	Gestão		Média	Média	Médio	Realização de Auditorias Internas	Auditor Interno	Não		Propõe-se revisão da ficha de candidatura ao PAAC, de modo a incluir este compromisso.
162	Transversais	Atribuição de subsídios	Apoios a entidades/instituições	Apoio a entidades não elegíveis, pelo facto de não se encontrarem em situação regular junto da Segurança Social e Autoridade Tributária ou com certidões inválidas	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Verificação prévia, da situação tributária e contributiva, à elaboração da proposta enviada para aprovação do executivo municipal	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	No ato de candidatura as entidades apresentam declarações de não dívida às Finanças e à Segurança Social.	
163	Transversais	Atribuição de subsídios	Apoios a entidades/instituições	Apoio a entidades não elegíveis, pelo facto de não se encontrarem em situação regular junto da Segurança Social e Autoridade Tributária ou com certidões inválidas	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Verificação no momento do pagamento, da situação tributária e contributiva.	Chefe de Divisão de Administração Geral	Sim	A Tesouraria não efetua nenhum pagamento sem obter as certidões de não dívida ou consultar a situação contributiva nos respetivos sites, quando autorizada a consulta.	
164	Transversais	Atribuição de subsídios	Apoios a entidades/instituições	Inexistência de referencial que regule a atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades de carácter social	Gestão	Aplicação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	Baixa	Alta	Médio	Rever o regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo	Equipa da Qualidade	Não		A implementar em 2024
165	Transversais	Avaliação dos Fomecedores	Avaliação dos Fomecedores	Desadequação dos critérios de avaliação de fornecedores	Gestão	Definição dos critérios no processo de avaliação de fornecedores	Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	A avaliação do fornecedor passou a ser efetuado no ato de verificação / confirmação da fatura.	
166	Transversais	Avaliação dos Fomecedores	Avaliação dos Fomecedores	Não aplicação do processo de avaliação a todos os fornecedores/parceiros da autarquia	Gestão	Todos os fornecedores/prestadores que tenham um procedimento superior a 100€ são avaliados no momento da confirmação da fatura	Baixa	Média	Baixo		Gestor de Processo	Sim	A avaliação do fornecedor passou a ser efetuado no ato de verificação / confirmação da fatura.	
167	Transversais	Avaliação dos Fomecedores	Avaliação dos Fomecedores	Não cumprimento dos princípios de transparência, imparcialidade e boa-fé na avaliação do fornecedor	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi divulgado o Código de Conduta e Ética via email.	
168	Transversais	Avaliação dos Fomecedores	Avaliação dos Fomecedores	Deficiente avaliação de fornecedores com riscos na execução (contratação pública)	Operacional	Alargamento do processo de avaliação de fornecedores (incluindo de empreitadas) a todas as unidades orgânicas	Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	A avaliação do fornecedor passou a ser efetuado no ato de verificação / confirmação da fatura, pelo gestor da GOP orçamental.	
169	Transversais	Avaliação e Gestão do Risco	Gestão de Risco	Falha na identificação, monitorização e relato dos riscos de gestão e infrações conexas	Gestão		Média	Média	Médio	1. Atribuição da coordenação do Processo de Gestão de Riscos de Gestão, de Corrupção e Infrações Conexas à Equipa da Qualidade; 2. Revisão do processo de gestão de riscos e divulgação da metodologia associada; 3. Reuniões de trabalho com todas as Unidades Orgânicas para apoio na identificação e avaliação dos riscos	Equipa da Qualidade	Não		Ações formativas em 2024, de acordo com o Plano de Formação
170	Transversais	Avaliação e Gestão do Risco	Gestão de Risco	Falha na identificação, monitorização e relato dos riscos de gestão e infrações conexas	Gestão		Média	Média	Médio	Nomear um gestor de risco por cada Unidade Orgânica	Executivo	Não		A implementar em 2024
171	Transversais	Comunicação	Colocação de conteúdos no site e nas redes sociais	Informação inadequada, incompleta, incorreta e/ou desatualizada	Gestão	Articulação permanente com as Unidades Orgânicas, de forma a assegurar a adequabilidade da informação	Baixa	Alta	Médio	Identificação de um interlocutor, por Secção, com a responsabilidade de agregação e comunicação da informação ao Gabinete de Comunicação e Imagem	Executivo	Não		A implementar em 2024
172	Transversais	Comunicação	Colocação de conteúdos no site e nas redes sociais	Falhas informáticas do site oficial de CMFA	Gestão	Suporte prestado pelo Help Desk interno e pela entidade externa que presta apoio técnico ao site	Baixa	Média	Baixo		Secção de Informática	Sim	Contratualização de entidade externa	
173	Transversais	Governação	Elaboração dos documentos estratégicos e orçamento	Desalinhamento entre os objetivos descritos nas GOP (Grandes Opções do Plano) e os objetivos estratégicos - incumprimento dos objetivos estratégicos por insuficiente recursos humanos e/ou financeiros	Gestão	Definição do Plano Estratégico Municipal	Média	Média	Médio	Recurso a financiamentos/candidaturas para concretização dos objetivos estratégicos	Executivo	Sim	Foi conciliado o Plano Estratégico Municipal com as GOP.	
174	Transversais	Governação	Elaboração dos documentos estratégicos e orçamento	Possibilidade de dotação insuficiente nas GOP's e Orçamento, face aos compromissos assumidos, por insuficiência e falta de fiabilidade da informação disponível no sistema	Gestão	Realização de reuniões mensais de monitorização do orçamento para avaliar estas e outras situações	Baixa	Média	Baixo		Executivo	Sim	São realizadas reuniões mensais de monitorização ao orçamento.	
175	Transversais	Governação	Execução Orçamental/Atividades	Baixa realização das GOP	Gestão	Realização de reuniões mensais de monitorização do orçamento para avaliar estas e outras situações	Baixa	Média	Baixo		Executivo	Sim	São realizadas reuniões mensais de monitorização ao orçamento.	
176	Transversais	Governação	Gestão Pública	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade	Infrações Conexas		Baixa	Alta	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi revisto, aprovado e divulgado o Código de Conduta e Ética	
177	Transversais	Governação	Gestão Pública	Conflito de interesses	Infrações Conexas		Baixa	Alta	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi revisto, aprovado e divulgado o Código de Conduta e Ética	
178	Transversais	Governação	Gestão Pública	Risco de deficiente acompanhamento pela CMFA (Câmara Municipal de Fornos de Algodres) das recomendações de entidades externas	Gestão		Baixa	Alta	Médio	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética	Equipa da Qualidade	Sim	Foi revisto, aprovado e divulgado o Código de Conduta e Ética	
179	Transversais	Governação	Gestão Pública	Desconhecimento de atos ilícitos por falta de canal de denúncia	Gestão		Alta	Média	Elevado	Elaboração do procedimento de tratamento de denúncias; Implementação de comissão de análise e acompanhamento das denúncias	Equipa da Qualidade	Sim	Foi implementado o Canal de Denúncias.	
180	Transversais	Normas e Regulamentos	Elaboração e atualização de normas e regulamentos	Existência de regulamentos em vigor e publicitados sem o cumprimento dos preceitos legais devido à descentralização de elaboração dos regulamentos	Gestão		Média	Média	Médio	Elaboração, aprovação do Código Regulamentar do Município de Fornos de Algodres	Jurista do Município	Não		A implementar em 2024
181	Transversais	Normas e Regulamentos	Elaboração e atualização de normas e regulamentos	Utilização de regulamentos desatualizados	Gestão		Média	Média	Médio	Regulamentar do Município de Fornos de Algodres, identificando o interlocutor de cada Unidade Orgânica	Jurista do Município	Não		A implementar em 2024
182	Transversais	Proteção de Dados	Atividades que incluem o tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes (singulares)/trabalhadores/as	Violação do dever de sigilo/privacidade e possibilidade de ocorrência de danos nos direitos e liberdades das pessoas	Infrações Conexas		Média	Alta	Elevado	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética; Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Sim	Foi aprovado, implementado e divulgado por email o Código de Conduta e Ética.	Aprovar em 2024 o Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais.

N.º	Pro	Área	Processo	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Risco	Atividades Implementadas	PO	CO	CNA	Medidas de mitigação do risco	Responsável	A medida está a ser implementada?	Eficácia da medida (se adotadas) / razões para a sua não adoção (quando não adotadas)	Medidas corretivas a adotar relativamente ao incumprimento das medidas ou a riscos que se tenham verificado.
183	Transversais	Proteção de Dados	Proteção de Dados	Atividades que incluem o tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes (singulares)/trabalhadores/as	Violação do dever de sigilo/privacidade e possibilidade de ocorrência de danos nos direitos e liberdades das pessoas	Infrações Conexas		Média	Alta	Elevado	Revisão de formulários para recolha da informação estritamente necessária e exigida por lei	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Sim	Revisão de modelos de requerimento	
184	Transversais	Proteção de Dados	Proteção de Dados	Atividades que incluem o tratamento de dados pessoais dos clientes/utentes/subcontratantes (singulares)/trabalhadores/as	Recolha ilegítima de dados pessoais e violação dos princípios de proteção de dados pessoais	Infrações Conexas		Baixa	Média	Baixo	Revisão, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta e Ética; Elaboração, aprovação, divulgação e implementação do Código de Conduta para Proteção de Dados Pessoais	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Sim	Divulgação efetuada por email	
185	Transversais	Proteção de Dados	Proteção de Dados	Tratamento dos riscos de incidentes de violação de dados	Não comunicação de incidentes de violação de dados ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD)	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Aprovação e divulgação da Política de Gestão de Incidentes	Encarregado Geral de Proteção de Dados	Não		A implementar em 2024
186	Transversais	Reclamações	Reclamações	Gestão e tratamento das reclamações	Replicações de reclamações pelo facto de existirem vários canais abertos ao reclamante	Gestão		Média	Média	Médio	Centralização da gestão das reclamações na Equipa da Qualidade;	Equipa da Qualidade	Não		Propõe-se correção deste risco na próxima revisão do plano, uma vez que não está conforme o Regulamento de tratamento de reclamações e não conformidades
187	Transversais	Reclamações	Reclamações	Gestão e tratamento das reclamações	Incumprimento do processo de tratamento de reclamações (não cumprimento das tramitações definidas, não cumprimento dos prazos legais de resposta, falta de resposta às reclamações apresentadas no município e falta de resolução das situações reportadas nas reclamações)	Gestão		Média	Média	Médio	Revisão, aprovação e divulgação do processo de gestão de reclamações; Sensibilização e divulgação a todas as Unidades Orgânicas;	Equipa da Qualidade	Não		Propõe-se correção deste risco na próxima revisão do plano, uma vez que não está conforme o Regulamento de tratamento de reclamações e não conformidades
188	Transversais	Sistema de Gestão	Sistema de Gestão	Assegurar a certificação do SG (Sistema de Gestão) pela Norma ISO 9001:2016	Desadequação do sistema integrado de gestão	Gestão		Baixa	Média	Baixo	Promoção da análise crítica do SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) com a realização de reuniões entre a Equipa da Qualidade e os interlocutores das Unidades Orgânicas	Equipa da Qualidade	Sim	Revisão anual do SGQ	
189	Transversais	Sistema de Gestão	Sistema de Gestão	Avaliação do sistema de gestão através dos documentos de suporte (plano de ações, indicadores, planos de risco, revisão pela gestão, reclamações)	Falha na monitorização e avaliação da eficácia do sistema de gestão (ex: plano de ações)	Gestão	Realização de auditorias; Formação/divulgação dos processos	Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	Realização de auditorias internas e externas	
190	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Incumprimento dos prazos legais de resposta derivado da inexistência/desadequação dos fluxos de tarefas dos procedimentos e da quantidade de intervenientes	Gestão		Média	Média	Médio	Elaboração de fluxos para todos os tipos de pedidos	Divisão Técnica Municipal	Sim	Atualizado o manual de procedimentos de atendimento da DTM	
191	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Erros nas avaliações dos projectos e consequências para munícipes	Gestão	Equipa técnica especializada para assegurar análise técnica na avaliação dos projetos;	Média	Alta	Elevado	Reforço da formação adequada	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizada formação no âmbito do RJUE	
192	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Erros nas avaliações dos projectos e consequências para munícipes	Gestão	Equipa técnica especializada para assegurar análise técnica na avaliação dos projetos;	Média	Alta	Elevado	Reforço da formação adequada	Divisão Técnica Municipal	Sim	Realizada formação no âmbito do RJUE	
193	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Incompatibilidade entre as várias matérias regulamentares que servem de base ao serviço prestado	Gestão		Média	Alta	Elevado	Revisão de todos os regulamentos municipais relativos à urbanização	Divisão Técnica Municipal	Não		A realizar em 2024
194	Urbanismo	N.A.	N.A.	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Deficiente acompanhamento/fiscalização em obra devido à escassa formação especializada	Gestão		Alta	Média	Elevado	Reforço de recursos humanos qualificados na divisão para dar resposta/alterar procedimentos	Executivo	Não		Encontra-se em fase de concurso a admissão do Fiscal Municipal
195	Urbanismo	N.A.	N.A.	Fiscalização de operações urbanísticas em curso decorrentes de títulos ou de procedimentos prévios	Falta de resposta atempada aos munícipes/quebra confiança na autarquia	Gestão		Média	Média	Médio	Reforço de recursos humanos qualificados na divisão para dar resposta/alterar procedimentos	Executivo	Não		Encontra-se em fase de concurso a admissão do Fiscal Municipal
196	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade no acompanhamento das ações de fiscalização	Infrações Conexas		Média	Média	Médio	Revisão, aprovação, implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética; Criação de canais de comunicação adicionais seguros para a divulgação de interferências / canal de denúncias	Equipa da Qualidade	Sim		Implementação do Plano de formação interno.
197	Urbanismo	N.A.	N.A.	Análise de procedimentos sujeitos a controlo prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade devido à manutenção de equipas fixas de fiscalização por área de geográfica, o que pode conduzir à manipulação dos critérios de avaliação	Infrações Conexas	Implementação de sistema de decisão final subscrita por mais de um técnico	Baixa	Média	Baixo		Equipa da Qualidade	Sim	Nomeação das comissões de vistoria pelo órgão executivo sob proposta do Chefe de Divisão da DTM	Não é possível a rotatividade de equipas por falta de técnicos com habilitações necessárias para o efeito
198	Urbanismo	N.A.	N.A.	Elaborar os procedimentos de legalização oficiosa previstos no RJUE e RUEMFA	Ausência de equipa multidisciplinar, com formação adequada para implementar o procedimento de legalização oficiosa	Gestão		Alta	Média	Elevado	Criação de equipa multidisciplinar, com formação adequada para implementar a tarefa; Reforço de recursos humanos qualificados/ contratação de recursos humanos externos	Divisão Técnica Municipal	Não		Encontra-se em fase de concurso a admissão do Fiscal Municipal